



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 43

Rubrica [assinatura]

Mat. n.º: 464

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 106.011/2022

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: Aquisição de peças para a 8ª Revisão Programada de 80.000 km conforme termo de garantia do veículo MMC/L200 Triton SPT GL de Placa: QGT5H58 pertencente ao Fundo Municipal de Saúde deste Município.

EMENTA: Direito Administrativo. Direito Constitucional. Contratação Direta. Prazo de Garantia. Art. 24, XVII, da Lei n.º 8.666/93. Possibilidade.

I - RELATÓRIO

O presente processo administrativo trata da contratação da pessoa jurídica de direito privado qual seja BUDA VEICULO E PEÇAS LTDA – BUDA MOTORS com o intuito de atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo Setor Requisitante com a descrição fidedigna do objeto e justificativa, além de Termo de Referência onde há a pormenorização da descrição da aquisição pretendida e obrigações das partes, bem como a comprovação da necessidade por meio de documentos acessórios ao pleito tais como Termo de Garantia e Plano de Revisões.

A pretensa contratação encontra arcabouço no artigo 24, XVII, da Lei n.º 8666/93, sendo anexado aos autos pesquisa mercadológica, o despacho que confirma a disponibilidade de crédito orçamentário para a referida despesa, assim como autorização para contratação.

É o que importa relatar.

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 44/0

Rubrica [assinatura]

Mat. n.º: JK104

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Assim, temos que uma das exceções suso referidas é a Dispensa de Licitação, meio de contratação direta, que pode ser utilizada quando respeitadas algumas características e de forma Discricionária à Administração.

No presente caso temos a pretensa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, XVII, da Lei nº 8666/93, nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XVII - para a **aquisição de componentes ou peças** de origem nacional ou estrangeira, necessários à **manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica**, junto ao **fornecedor original** desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

Em outras palavras, para que a presente contratação seja possível é essencial a caracterização da finalidade de manutenção de equipamentos, dentro do período da vigência da garantia e o que o fornecedor seja original.

Logo, depreende-se dos autos, a **devida descrição do objeto** sinalizando a aquisição de componentes necessários à manutenção do veículo logo na peça inaugural de Solicitação de Despesa e Termo de Referência. Por conseguinte, há a **comprovação do prazo da garantia** definido nas fls. 21 a 25. E, finalmente, encontramos a **pesquisa mercadológica junto a fornecedor autorizado** da Mitsubishi reunida nas fls. 12 a 18, executada regularmente de acordo com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, do Ministério da Economia.

Digno de nota é que a supracitada pesquisa mercadológica fez uso de apenas duas empresas para a solicitação de cotação de preços, tendo em vista serem as únicas empresas autorizadas da Mitsubishi no Estado, devidamente comprovado em documentos anexos aos Autos, no entanto apenas uma das empresas deu retorno com a composição de preços, o que restou evidenciado pelo setor de compras.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 45

Rubrica [assinatura]

Mat. n.º: 1464

Ademais, encontra-se presente nos autos a comprovação de idoneidade do pretenso contratado, o que viabiliza e fortalece a possibilidade de formalização de contrato.

Consoante exegese jurídica acerca de normativos, muito embora já exista indícios que indicam a regularidade processual até o presente Parecer, sugiro a observância dos requisitos elencados na Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, principalmente no que diz respeito ao art. 10 e seguintes, os quais tratam da composição do processo de realização da Despesa Pública.

III – CONCLUSÃO

Por tudo que foi exposto, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº 106.001/2022 atendeu aos requisitos legais, estando, pois, regular para a contratação direta proposta.

Serra Caiada/RN, 18 de Janeiro de 2022.

Râmida Raiza de Oliveira Pereira Gonçalves
Procuradora Geral
Matrícula nº 1464